Questão:

Sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Peroni e Caetano (2015, p. 343) afirmam que: "Entre outras questões apontadas pelas entidades, está a forma de construção, ou seja, com pouco envolvimento e discussões nas instituições formadoras de professores, sem o envolvimento da comunidade escolar e sem ou quase nenhuma participação de professores das escolas de educação básica. Em outras palavras, definir uma política tão importante para o País com pouca participação dos principais envolvidos, os professores e formadores, pode ser um risco caro à educação brasileira".

Elabore um texto argumentativo-dissertativo tomando como referência a afirmativa acima e os apontamentos da literatura indicada sobre: as autorias e identidades profissionais e as vozes das crianças, adolescentes e jovens em disputa nos currículos; os modos com que os sujeitos sociais têm afirmado suas experiências no território do conhecimento; e os limites e as possibilidades do mestrado profissional em educação como espaço-tempo de contraposição ao controle curricular.

Chave de correção (valor total: 10 pts)

Orientações:

AS NOTAS SERÃO FRACIONADAS A CADA 0,25 PONTO.
EX: 1,25: 1,50: 1,75

2. AS PROVAS NÃO DEVERÃO SER MARCADAS COM CANETA OU LÁPIS. AS ANOTAÇÕES OU OBSERVAÇÕES DEVERÃO SER FEITAS EM UM FORMULÁRIO PRÓPRIO.

Critérios Gerais:

- a) Atendimento ao foco do exame, ou seja, o candidato deverá responder ao que se pergunta. (1,0)
- b) Capacidade de argumentação e de sustentação do raciocínio ao discorrer sobre o tema proposto, tornando-o defensável do ponto de vista do conhecimento teórico-prático e com fundamentação nas referências do certame. (1,5)
- c) Proficiência formal, ou seja, o candidato deverá organizar e apresentar o raciocínio de modo a comunicá-lo com clareza e objetividade, por meio de recursos linguístico-textuais adequados. (1,5)

Critérios Específicos:

O conteúdo do texto deve relacionar o processo de construção da BNCC com os seguintes apontamentos dos autores sobre (destaques dos textos de referência):

√ as autorias e identidades profissionais (1,5):

 Basicamente, os textos indicam tensões entre os avanços da autonomia e criatividade docentes e os controles e as cobranças limitando a conquista da autoria e criatividade profissional.

- A história da identidade docente é uma história de lutas por autorias, por afirmações e por reconhecimentos que tem, entre outros espaços e fronteiras, o território dos currículos na prática das escolas. Autonomia e autorias se chocam não apenas com os controles gestores, mas com a rigidez do ordenamento curricular.
- Defrontamo-nos com duas tendências que se contrapõem. De um lado os docentes da educação básica se tornaram mais autônomos como coletivos sociais, acumularam níveis de formação, conquistaram tempos de estudo, de planejamento, de atividades, lutam por serem menos "aulistas" e mais criativos, mais autores de seu trabalho individual e, sobretudo, coletivo. De outro lado, as diretrizes e normas, os ordenamentos e as lógicas curriculares continuam fiéis а sua tradicional rigidez, normalização, segmentação, sequenciação e avaliação. As recentes políticas de avaliação centralizada quantitativa se dão por desempenhos, por etapas, para quantificar progressos, sequências de ensinoaprendizagem reforçarem lógicas progressivas, sequenciais rígidas, aprovadoras, reprovadoras de alunos e mestres.

✓ os limites e as possibilidades do mestrado profissional em educação como espaço-tempo de contraposição ao controle curricular (1,5):

- Arroyo menciona a necessidade de avançar em duas direções que se complementam: de um lado abrir novos tempos-espaços e práticas coletivas de autonomia e criatividade profissional; de outro, aprofundar no entendimento das estruturas, das concepções, dos mecanismos que limitam essa autonomia e criatividade; entendê-los para se contrapor e poder avançar.
- Nogueira e colaboradores argumentam para que, no âmbito de um mestrado dessa natureza, o professor/pós-graduando/pesquisador possa desenvolver pesquisa focalizada nas situações reais, na sala de aula, nos diversos espaços educativos e, portanto, crie condições de ser protagonista de sua formação e transformação profissional.

 Entretanto, os autores indicam que o impacto pretendido pela aplicação dos projetos de intervenção ainda é algo a ser conquistado, o que revela necessidade de criar políticas para esse fim.

✓ vozes das crianças, adolescentes e jovens em disputa nos currículos (1,5):

- Mencionar, brevemente, o contexto histórico de reconhecimento da infância, adolescência e jovens como sujeitos de direitos.
- A ausência da infância na história da conformação de nosso sistema educacional de educação trouxe consequências seríssimas para as crianças, adolescentes, didáticas, os currículos e até para as teorias pedagógicas e, como principal consequência, o silenciamento de suas vozes e/ou participação nos currículos.
- A vinculação tão estreita do sistema escolar com a preparação para a vida adulta levou a ver a infância – inclusive junto a crianças de 7 a 10 anos que entravam no sistema – não como infância, mas como pré-adultos ou adultos em potencial, em preparação. A pedagogia e o sistema educacional, a própria docência e sua formação, os currículos e seus saberes não pensam nem se pensam em função das infâncias.
- O reconhecimento da infância como sujeito de direitos à especificidade de seu tempo e forma com constituição de pedagogias e currículos reveladores às próprias crianças-adolescentes, das vidas a que são condenados, as forças, estruturas que negam seu direito à infância. Uma pedagogia tradutora do real, dos sofrimentos vividos em palavras, mensagens, conhecimentos inteligíveis que os revelem em seres reais não idealizados.

- √ os modos com que os sujeitos sociais têm afirmado suas experiências no território do conhecimento (1,5):
 - A relação entre a experiência social e conhecimento.
 - Os currículos produzidos, na maioria das vezes, distanciam a experiência, do real vivido (o viver cotidiano comum) da produção do conhecimento. "Logo, o conhecer é visto como um processo distante do homem e da mulher comuns, do povo comum; distante até dos docentes que ensinam o povo". Cria-se uma dicotomia hierarquizante e segregadora de experiências, de conhecimentos e dos coletivos humanos e profissionais.
 - Quando os currículos são pobres em experiências sociais, seus conhecimentos se tornam pobres em significados sociais, políticos, econômicos e culturais para a sociedade.
 - Quando as experiências sociais são ignoradas se ignora o trabalho humano, a experiência mais determinante do conhecimento (não são reconhecidas e valorizadas as experiências sociais, humanas, de luta, de trabalho e de vida dos profissionais do conhecimento e de seus aprendizes)
 - Estratégias de reconhecimentos dos sujeitos e suas experiências sociais: reconhecer que há uma pluralidade e diversidade e não uma hierarquia de experiências e de coletivos (fato que produz riqueza de diversidade de conhecimentos e de formas de pensar o real) Criação de espaços que valorizem, nos currículos, as experiências dos mestres, educandos e de seus coletivos de origem.